

CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

PROCESSO № 156/2018 EDITAL № 133/2018 CONCORRÊNCIA PÚBLICA № 003/2018

1 - PREÂMBULO

- 1.1 A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA, localizada na Rua Professora Carolina Fróes, nº 321, Centro, cidade de Águas de Lindóia, estado de São Paulo, CEP 13.940-000, torna público para conhecimento dos interessados que será realizada licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA do tipo MAIOR OFERTA PELA OUTORGA DA CONCESSÃO DE USO, de acordo com o objeto que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, cuja direção e julgamento serão realizados por sua Comissão Julgadora de Licitação, o qual será processado de acordo com o que determina a Lei Municipal nº 3.026/2017, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, além das cláusulas e condições constantes neste Edital e seus respectivos Anexos.
- 1.2 Os documentos de habilitação, bem como a proposta, deverão ser protocolizados no local supra indicado, no setor de protocolo, em envelopes fechados, distintos, com identificação externa do seu conteúdo, na forma descrita no item 7.1.1 e 7.1.2, até as 09h30 do dia 28 de DEZEMBRO de 2018, sendo ABERTOS a seguir às 09h45, observado o devido processo legal.
- 1.3 Integram este ato convocatório os seguintes ANEXOS:
- I TERMO DE REFERÊNCIA;
- II FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA;
- III MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII do ART. 7º da CONSTITUIÇÃO FEDERAL;
- IV MODELO DE CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL E DA NÃO OCORRÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS À PARTICIPAÇÃO;
- V MODELO DE PROCURAÇÃO;
- VI MINUTA DE CONTRATO;
- VII DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP;
- VIII TERMO DE VISTORIA TÉCNICA;
- IX MODELO DE DECLARAÇÃO;
- X RELAÇÃO DOS ITENS QUE PODEM SER COMERCIALIZADOS;
- XI RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS NA LANCHONETE;
- XII PLANTA DO IMÓVEL.

2 - DO OBJETO

2.1 - O objeto da presente licitação é a "OUTORGA DE CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE "LANCHONETE DA RAIA DE BOCHA DA PRAÇA DA ANUNCIATA", POR PRAZO DETERMINADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I — TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL".



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

- 2.2 O licitante vencedor, além de manter o imóvel em condições higiênicas para o uso, deverá:
- a) Proceder à instalação de hidrômetros e aparelhos para leitura de gasto com energia elétrica referente aos espaços;
- c) pagar o consumo de água e energia elétrica consumido nos espaços.
- 2.3 Eventuais benfeitorias aderidas ao solo ficarão incorporadas ao imóvel e, em caso de revogação ou desocupação voluntária do imóvel, o Outorgado não terá direito a qualquer indenização.

3 - DO PRECO

3.1 - Estima-se o valor mínimo mensal para a outorga de:

ITEM 01 - LANCHONETE DA RAIA DE BOCHA DA PRAÇA DA ANUNCIATA — Valor mínimo de outorga de 02 Vr´s, ou seja, valor de R\$ 129,22 (Cento e Vinte e Nove Reais e Vinte e Dois Centavos).

Observação: Os interessados não poderão apresentar valor mensal inferior ao limite mínimo estabelecido pela administração;

- 3.1.1 O Valor de Referência do Município, fixado pelo Decreto 3.055, de 12 de Dezembro de 2017 é de R\$ 64,61 (Sessenta e Quatro Reais e Sessenta e Um Centavos).
- 3.2 Cada concorrente deverá computar no preço que cotará todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que se sujeita.

4 - DA DATA, HORA E LOCAL DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA

- 4.1 Os envelopes contendo a **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (envelope nº 01)** e **PROPOSTA DE PREÇOS (envelope nº 02) deverão ser protocolizados no protocolo geral dessa Prefeitura de Águas de Lindóia/SP, até às 09h30 do dia 28 de DEZEMBRO de 2018,** situada à Rua Professora Carolina Fróes, nº. 321, Centro, cidade de Águas de Lindóia, estado de São Paulo.
- 4.2 Não havendo expediente na data marcada, a entrega dos referidos envelopes dar-se-á no primeiro dia útil subsequente, à hora já estabelecida.
- 4.3 A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE LINDÓIA** não se responsabilizará por documentação e proposta que por ventura não cheguem no horário e local determinados no item 1.2 deste Edital.
- 4.4 Não serão aceitos e considerados documentos apresentados em desconformidade com as condições definidas neste Edital.



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

5 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 5.1 Poderão participar do certame, licitantes interessadas e que atendam as exigências de habilitação.
- 5.2 Será vedada a participação:
- 5.2.1 Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei n.º 8.666, de 1993;
- 5.2.2 Que estejam impedidas de licitar e de contratar, nos termos da legislação;
- 5.2.3 Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, IV da Lei 8.666/93;
- 5.2.4 Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 5.2.5 Estrangeiras que não funcionem no País;
- 5.2.6 Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.3 O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

6 - DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

6.1 - Todos os licitantes deverão se apresentar para credenciamento junto à Comissão de Licitações por intermédio de um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de credenciamento, identificar-se exibindo o original da carteira de identidade ou outro documento equivalente.

6.2 - O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

- 6.2.1 **Instrumento público de procuração**, com poderes para formular ofertas e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do licitante, com prazo de validade em vigor;
- 6.2.2 **Instrumento particular de procuração, nos moldes do ANEXO V**, com poderes para formular ofertas e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do licitante, acompanhado de cópia de seu **contrato social** (com ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação) ou estatuto, no caso de Sociedade Anônima e dos documentos de eleição de seus administradores;
- 6.2.3 Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado de empresa licitante, cópia do respectivo **estatuto** ou **contrato social** (com ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhado de documentos de eleição dos administradores.
- 6.2.4 Tratando-se de pessoa física, cópia do seu RG e CPF.
- 6.3 Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de um licitante no presente certame, sob pena de exclusão sumária das representadas.



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89 Inscr.

Inscrição Estadual – Isento

- 6.4 A licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de representar a licitante na sessão pública, ficando mantida toda a documentação apresentada.
- 6.5.1 Os documentos deverão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticado por um dos membros da Comissão Julgadora de Licitações no ato de sua apresentação.
- 6.6 No ato do credenciamento deverão ser apresentadas, conforme o caso, as seguintes declarações, condição essencial para participação no certame licitatório:
- 6.6.1 Declaração para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (conforme modelo constante no ANEXO VII do Edital), quando assim enquadrada e a fim de gozar dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06, conforme o caso, no tocante ao direito de preferência e critério de desempate. O referido documento deverá estar fora dos envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

7 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PRECOS

7.1 - Os interessados, no dia, horário e local fixados neste Edital, deverão entregar os envelopes nº 01 - HABILITAÇÃO e nº 02 - PROPOSTA DE PREÇO fechados, indevassáveis, com a seguinte identificação na parte externa:

7.1.1 - ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE LINDÓIA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇAO CONCORRÊNCIA PÚBLICA № 003/2018 RAZÃO SOCIAL (Dispensado se o envelope for timbrado)

7.1.2 - ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE LINDÓIA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇAO CONCORRÊNCIA PÚBLICA № 003/2018 RAZÃO SOCIAL (Dispensado se o envelope for timbrado)

- 7.1.3 **Deverão constar nos Envelopes nº 01 e nº 02** os documentos especificados, respectivamente, nos subitens 7.2 e 8.0.
- 7.1.4 Os envelopes deverão estar fechados, sendo abertos somente em público pela Comissão Julgadora de Licitação, na data e hora determinada para o certame.

7.2 - (DO ENVELOPE № 01) – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

7.2.1 — Na fase de habilitação, todas as licitantes, inclusive as microempresas, deverão apresentar dentro do envelope n^{o} 01 — habilitação (com os dizeres em sua parte externa conforme item 7.1.1), os seguintes documentos:

7.2.1.1 - RELATIVOS À HABILITAÇÃO DE PESSOA FÍSICA:

- a) Cópia autenticada da Cédula de Identidade;
- b) Cópia autenticada do CPF;
- c) Certidão Negativa de Execução Patrimonial acessar o link https://esaj.tjsp.jus.br/sco/abrirCadastro.do selecionar a opção AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JEC;
- d) **Declaração da licitante**, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, Lei nº 9.854/99 e no Decreto nº 4.358/2002, de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze anos) **Anexo III.**
- e) **Declaração de inexistência de fato impeditivo** à habilitação, assinada por quem de direito, devendo o subscritor estar devidamente identificado e a declaração estar redigida conforme os parâmetros explicitados no Anexo IV deste Edital.
- f) **Declaração da licitante** de que concorda com os termos do presente edital na forma do ANEXO IV.
- g) ATESTADO DE VISITA TÉCNICA FACULTATIVA fornecida pelo Departamento de Engenharia da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE LINDÓIA, conforme modelo "TERMO DE VISTORIA" demonstrado no Anexo VIII deste Edital, devidamente assinado por quem de direito da licitante e pelo responsável do setor competente da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE LINDÓIA, devendo a vistoria ser previamente agendada até o último dia útil anterior à data fixada para abertura da licitação, não sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições necessárias à execução dos serviços.
- g1) Não haverá vistoria sem prévio agendamento;
- g2) O agendamento deverá ser marcado via telefone (19) 3924 9312, de segunda à sexta, das 08h00 às 17h00 (com o servidor Camilo);

OBSERVAÇÃO: A não apresentação do TERMO DE VISTORIA, NÃO implica na inabilitação do licitante, haja vista que a mesma não é obrigatória.

h) Declaração da licitante de que tomou conhecimento de todas as informações, de que teve oportunidade de acesso às instalações do imóvel e de que não alegará posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da realização da vistoria para solicitar qualquer alteração do valor do contrato, conforme Anexo IX.

7.2.1.2 - RELATIVOS À HABILITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA:

- a) Ato de criação da licitante conforme o caso:
- a1) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- a2) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

- a3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da Diretoria em exercício;
- a4) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2.1.2.1 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (ART. 29 DA LEI FEDERAL № 8.666/93):

- a) **Prova de inscrição** no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) Prova de regularidade para com a <u>Fazenda Federal</u> (Receita Federal e da Procuradoria Geral da República), <u>Fazenda Estadual</u> e <u>Fazenda Municipal</u> do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

OBSERVAÇÃO: Prova de regularidade para com:

- c.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- c.(2) Fazenda Estadual, em relação aos Tributos Estaduais, da sede ou do domicílio do licitante;
- c.3) Fazenda Municipal Certidão Mobiliária, em nome da empresa proponente, expedida pela Prefeitura da sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor na data de abertura do Envelope 02.
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Acessar o link www.tst.jus.br/certidão);

7.2.1.2.2 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (ART. 31 DA LEI № 8.666/93):

a) Certidão negativa de falência ou de recuperação judicial expedida pelo distribuidor de sua sede da pessoa jurídica. No caso de não indicação da vigência na respectiva certidão, será considerada aquela expedida há até 180 (cento e oitenta dias) da data da abertura da licitação.

Obs.: Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, nos termos dos TCs 3987.989.15-9 E 4033.989.15-3/GP-10/2016, mediante apresentação de certidão de concessão de recuperação judicial.

Caso a empresa em Recuperação Judicial apresente certidão positiva, se faz necessário que a interessada demonstre seu Plano de Recuperação,



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico financeiras estabelecidos no edital.

b) **Declaração da licitante**, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, Lei nº 9.854/99 e no Decreto nº 4.358/2002, de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze anos) – **Anexo III.**

7.2.1.2.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (ART. 30 DA LEI FEDERAL № 8.666/93) DE PESSOA JURÍDICA:

- a) ATESTADO DE VISITA TÉCNICA FACULTATIVA fornecida pelo Departamento de Engenharia da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE LINDÓIA, conforme modelo "TERMO DE VISTORIA" demonstrado no Anexo VIII deste Edital, devidamente assinado por quem de direito da empresa licitante e pelo responsável do setor competente da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE LINDÓIA, devendo a vistoria ser previamente agendada até o último dia útil anterior à data fixada para abertura da licitação, não sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições necessárias à execução dos serviços.
- a1) Não haverá vistoria sem prévio agendamento;
- a2) O agendamento deverá ser marcado via telefone (19) 3924 9312, de segunda à sexta, das 08h00 às 17h00 (com o servidor Camilo);

OBSERVAÇÃO: A não apresentação do TERMO DE VISTORIA NÃO implica na inabilitação do licitante, haja vista que a mesma não é obrigatória.

- b) Declaração da licitante de que tomou conhecimento de todas as informações, de que teve oportunidade de acesso às instalações do imóvel e de que não alegará posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da realização da vistoria para solicitar qualquer alteração do valor do contrato, conforme Anexo IX.
- c) **Declaração de inexistência de fato impeditivo** à habilitação, assinada por quem de direito, devendo o subscritor estar devidamente identificado e a declaração estar redigida conforme os parâmetros explicitados no Anexo IV deste Edital.
- d) **Declaração da licitante** de que concorda com os termos do presente edital na forma do ANEXO IV.
- 7.3 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (LC nº 123/06, art. 43, caput).



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

- 7.3.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (LC nº 123/06, art. 43, § 1º).
- 7.3.2 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.3.1, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.
- 7.4 Os documentos deverão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticado por um dos membros da Comissão Julgadora de Licitações no ato de sua apresentação.
- 7.4.1 Os documentos emitidos, via *internet*, são considerados originais, sendo que cópias dos mesmos sem a devida autenticação estarão condicionadas a verificação de sua validade e autenticidade junto ao site dos órgãos oficiais competentes.
- 7.4.2 As cópias não autenticadas de certidões que não possam ser verificadas junto à *internet*, no site dos órgãos oficiais emitentes, serão consideradas inválidas, e ensejarão na inabilitação do licitante, respeitado o disposto no art. 109 da Lei Federal de Licitações nº 8.666/93 e demais alterações posteriores.
- 7.4.3 Os documentos apresentados sem autenticação e que não possam ser consultados na *internet* através de *sites* oficiais serão considerados inválidos.
- 7.5 O Presidente da Comissão Julgadora de Licitações poderá realizar diligencia efetuando consulta na Internet junto aos *sites* dos órgãos expedidores a fim de verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico.
- 7.6 Os documentos de habilitação deverão ser acondicionados em envelope fechado que deverá enunciar externamente os dizeres estipulados no item 7.1.1.
- 7.7 Os documentos apresentados devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 180 (cento e oitenta dias) dias, a contar de sua expedição.
- 7.8 Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.
- 7.9 Todos os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente com o nº CNPJ e endereço respectivo.



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

- 7.10 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.11 Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.
- 7.12 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.
- 7.13 Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos, disposta no item 7.2.
- 7.14 A entrega de documento de habilitação que apresente falha não sanável na sessão acarretará a **inabilitação** do licitante, exceto quanto à documentação relativa à regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, quando se aplicará o disposto nos itens 7.3 e seguintes deste edital.
- 7.15 A Administração reserva-se o direito de exigir documentação comprobatória do cumprimento de todas as exigências legais provenientes da licitação, bem como a promoção de diligência destinada a esclarecer a instrução do processo (§ 3° do artigo 43 da Lei 8666/93).

8 - ENVELOPE № 02 - DA PROPOSTA DE PREÇO

- 8.1 O **ANEXO II FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA**, que acompanha este ato convocatório, deverá ser utilizado, preferencialmente, para a apresentação da Proposta.
- 8.2 Deverão estar consignados na proposta:
- a) dados cadastrais da licitante;
- b) indicação do número da Concorrência Pública e item nº _____ para a qual está apresentando sua proposta;
- c) assinatura do representante legal da empresa;
- d) indicação obrigatória do preço mensal e global da outorga, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso;
- e) uma única cotação de preço;
- f) indicação do representante legal que firma a proposta e sua assinatura.
- 8.3 Cada concorrente deverá computar, no preço que ofertar, todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes das legislações trabalhista, fiscal e previdenciária a que se sujeita.
- 8.4 Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com mão de obra, materiais, equipamentos, serviços, impostos, taxas, frete, seguro e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

- 8.5 O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da sua apresentação.
- 8.6 A apresentação da proposta implicará, por si só, na aceitação tácita de todas as cláusulas deste edital e da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e a Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, no que couber e demais normas suplementares aplicáveis.

9 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES (01 e 02)

9.1 – Abertura dos envelopes nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 9.1.1 A abertura dos envelopes de habilitação ocorrerá às **09h45 do dia 28 de DEZEMBRO de 2018**, na presença dos licitantes ou seus representantes que comparecerem e demais pessoas que quiserem assistir ao ato, a Comissão Julgadora de Licitação iniciará os trabalhos, examinando os envelopes "Documentação de Habilitação" e "Proposta de Preços", os quais serão rubricados pelos seus membros e licitantes ou seus representantes credenciados, procedendo a seguir a abertura do envelope n° 01 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.
- 9.1.2 Os documentos contidos nos envelopes nº 01 − DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO − serão examinados e rubricados pelos membros da Comissão, bem como pelas proponentes ou seus representantes credenciados.
- 9.1.3 Na impossibilidade de se realizar o julgamento durante a sessão de abertura, a mesma será suspensa, designando-se o dia para a divulgação do resultado, o qual será publicado na Imprensa Oficial, para conhecimento de todos participantes.
- 9.1.4 Encerrada a fase de habilitação pelo julgamento definitivo dos recursos ou pela renúncia das licitantes ao direito de recorrer, a Comissão devolverá, fechados, os envelopes de proposta às licitantes inabilitadas, cujos representantes retirar-se-ão da sessão ou nela poderão permanecer como assistentes, sem o direito de postular ou de recorrer nas fases subsequentes.
 9.1.5 Os envelopes nº 02 PROPOSTA DE PREÇOS das proponentes inabilitadas ficarão à disposição dos licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a publicação na Imprensa Oficial, junto à Comissão Julgadora de Licitação, os quais serão devolvidos mediante recibo.
- 9.1.6 A Comissão abrirá os envelopes de proposta das licitantes habilitadas, procedendo ao respectivo julgamento de acordo, exclusivamente, como fatores e critérios estabelecidos neste ato convocatório.

9.2 - Abertura dos envelopes nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS

- 9.2.1 Os envelopes nº 02 PROPOSTA DE PREÇOS das proponentes habilitadas serão abertos em momento subsequente à habilitação no mesmo local de abertura dos envelopes nº 01 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO pela Comissão Julgadora de Licitação, desde que haja renúncia expressa de todos os proponentes de interposição de recursos de que trata o artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93. Havendo interposição de recurso, a nova data de abertura dos envelopes nº 02 PROPOSTA DE PREÇOS será comunicada às proponentes por meio de publicação na Imprensa Oficial após julgado o recurso interposto ou decorrido o prazo sem interposição.
- 9.2.2 As propostas contidas nos envelopes nº 02 PROPOSTA DE PREÇOS serão examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão Julgadora de Licitação, bem como pelas proponentes ou seus representantes presentes, procedendo-se a seguir a leitura dos preços.



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

- 9.2.3 Ocorrendo à suspensão da reunião para julgamento e a mesma não podendo ser realizada no dia, será publicada na Imprensa Oficial a data da divulgação do resultado pela Comissão Julgadora de Licitação.
- 9.3 Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de **08 (oito) dias úteis** para apresentação de nova documentação, ou de outras propostas, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação.

10 - DO JULGAMENTO

- 10.1 No caso das microempresas e empresas de pequeno porte proceder-se-á conforme descrito no item 7.3, dando sequência a abertura dos envelopes mesmo que estas apresentem alguma irregularidade na documentação de regularidade fiscal.
- 10.2 Será considerada vencedora a proposta que atenda às especificações e oferte a MAIOR LANCE PELA OUTORGA DA CONCESSÃO, (Art. 45, § 1º, IV da Lei 8.666/93 e demais alterações posteriores).
- 10.2.1 Serão desclassificadas as propostas que alterem, descaracterizem ou desatendam às especificações do objeto, independentemente do preço que ofertem.
- 10.2.2 Não serão consideradas, admitidas ou aceitas propostas que ofereçam preços baseados nas ofertas das demais licitantes, simbólicos, irrisórios ou de valor zero.
- 10.3 Serão desclassificadas, AINDA, as propostas que se adequarem a um dos seguintes requisitos:
- a) não atenderem às exigências do Edital;
- b) apresentarem valor mensal inferior ao limite estabelecido pela administração;
- c) utilizarem preços manifestamente inexequíveis.
- 10.4 As propostas serão classificadas pela ordem decrescente dos preços ofertados e aceitáveis.
- 10.5 Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos (LC n° 123/06, art. 44, caput):
- 10.5.1 Entende-se por **empate** aquelas situações em que os preços apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) inferiores à proposta mais bem classificada (LC n° 123/06, art. 44, § 1º);
- 10.5.2 A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço superior àquela mais bem classificada no certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado (LC n° 123/06, art. 45, inc. I);
- 10.5.3 Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 1 (um) dia útil após a notificação formal da classificação provisória.
- 10.5.4 A nova proposta deverá ser apresentada no formato exigível no item 9 deste edital, inserida em envelope fechado, com a indicação dos seguintes dados:



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE LINDÓIA ENVELOPE DE PROPOSTA FINANCEIRA RENOVADA - LC 123/2006 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2018 RAZÃO SOCIAL da Micro e Pequena Empresa

- 10.5.5 Se houver equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.5.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar melhor oferta (LC n° 123/06, art. 45, inc. III);
- 10.5.6 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não exercer seu direito de cobertura da proposta de maior valor, serão convocadas as remanescentes que se enquadrarem no limite disposto no item 10.5.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito (LC n° 123/06, art. 45, inc. II).
- 10.5.6.1 O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 10.5.7 Uma vez exercido o direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, observados os limites e a forma estabelecidos neste edital, não sendo apresentada por elas proposta de preço superior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (LC n° 123/06, art. 45, § 1º).
- 10.6 O resultado do julgamento será afixado no Diário Oficial do Estado e no painel de publicações do saguão da Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia, à Rua Professora Carolina Fróes, nº 321, Centro, cidade de Águas de Lindóia, estado de São Paulo.

11 - DOS RECURSOS

- 11.1 Das decisões tomadas pela Comissão Julgadora de Licitação caberão recursos previstos no artigo 109, da Lei nº 8.666/93, interpostos no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, mediante petição datilografada e devidamente arrazoada, subscrita pelo representante da recorrente, constituído na forma prevista no item 6 deste Edital.
- 11.2 Os recursos serão dirigidos à autoridade competente da Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia, por intermédio da Comissão Julgadora de Licitação, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **05 (cinco) dias úteis** ou, nesse mesmo prazo, fazê-los subir devidamente informados.
- 11.3 Os recursos deverão ser protocolizados no protocolo geral da Prefeitura do Município de Águas de Lindóia, na Rua Professora Carolina Fróes, nº. 321, Centro, cidade de Águas de Lindóia/SP, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 17h00, não sendo aceitos recursos interpostos fora do prazo.

12 - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

- 12.1 Homologada a licitação pela autoridade competente da Prefeitura, a licitante vencedora do certame será convocada oficialmente para, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, a contar da data do recebimento da convocação, assinar o Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, conforme preceitua o artigo 64 da Lei nº 8.666/93.
- 12.2 Conforme estabelece o parágrafo segundo do art. 64 da Lei nº 8.666/93, se a licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no art. 81 da Lei nº 8.666/93.
- 12.2.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito do adjudicatário perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional (Receita Federal), estiverem com os prazos de validade vencidos, esta Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 12.2.1.1 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 7.3.2, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena da contratação não se realizar.
- 12.3 Quando o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 12.2.1, ou se recusar a assinar o contrato, serão convocados, pela ordem de classificação das propostas, os demais licitantes classificados, com vistas à celebração da contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções ao licitante faltante.
- 12.4 Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar, previamente à assinatura do contrato, a **regularidade fiscal e trabalhista**, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.
- 12.5 Não ocorrendo à regularização prevista no subitem anterior, facultar-se-á à Administração:
- a) a retomada, em sessão pública, dos procedimentos relativos a esta licitação, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujas propostas de preços se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.5.1 (LC n° 123/06, art. 43, § 2º); b) a revogação da licitação.



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

- 12.6 A contratada/outorgada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.
- 12.7 A Administração poderá obrigar a Contratada/outorgada a corrigir ou substituir, à suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos produtos contratados.
- 12.8 A execução do contrato será acompanhada, conforme o caso, nos termos do art. 67 e 73 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.9 A Administração rejeitará o objeto executado em desacordo com o contrato (art. 76 da Lei Federal nº 8.666/93).

13 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1 - O prazo de vigência do Contrato de CONCESSÃO será de **05 (cinco) anos**, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com a Lei Municipal nº 3.026/2017.

14 - DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 14.1 Na hipótese de o serviço apresentar irregularidade não sanada, será reduzido a termo o fato e encaminhado à autoridade competente para procedimentos inerentes à aplicação das penalidades.
- 14.2 O espaço deverá entrar em plena atividade no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após a assinatura do contrato.
- 14.2.1 Dentro do prazo acima, a Contratada/Outorgada, sob sua inteira responsabilidade, deverá providenciar a adequação do local, a instalação dos equipamentos, móveis e utensílios necessários para o perfeito funcionamento das atividades fins do objeto deste contrato.
- 14.3 A execução do contrato será acompanhada, conforme o caso, nos termos do art. 67 e 73 da Lei Federal n.º 8.666/93.

15 - DO PAGAMENTO

- 15.1 A Contratada/Outorgada fará os pagamentos à Contratante/Outorgante até o 5º (quinto) dia útil consecutivo, do mês subsequente ao vencimento.
- 15.2 A cobrança com as despesas com água e luz, não estão inclusas no valor do arrendamento, sendo pagas separadamente.



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

- 15.2.1 As despesas com água e energia elétrica correrão por conta da Contratada/Outorgada, a qual deverá colocar um medidor de energia elétrica e um hidrômetro para cálculo do consumo mensal das mesmas. Caso não seja possível a colocação de um medidor de energia elétrica e/ou hidrômetro, a administração cobrará junto com o valor da Concessão através do consumo estimativo médio mensal.
- 15.2.2 A Contratada/Outorgada deverá comprovar o pagamento das contas de água e energia elétrica mensalmente aos fiscais designados pela a Administração e o valor da Concessão.
- 15.3 Toda despesa individualizável que seja decorrente da execução dos fins deste contrato será de responsabilidade da Contratada/Outorgada.
- 15.4 A importância será paga através da Guia de Recolhimento Municipal, que deverá ser retirada no Setor Financeiro da Prefeitura.
- 15.5 O atraso no cumprimento desta obrigação acarretará para a Contratada/Outorgada multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor a ser pago, acrescido de juros de mora de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, a ser contabilizado no período correspondente ao atraso.
- 15.6 O não pagamento após 30 (trinta) dias contados do vencimento do prazo, sem motivo justificado e aceito pela Prefeitura, será aplicada às sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93.
- 15.6.1 Se o atraso no pagamento por parte da Contratada/Outorgada for superior a 90 (noventa) dias, a Contratante/Outorgante procederá à rescisão contratual.

16 - DAS SANÇÕES

- 16.1 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:
- a) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;
- b) a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 87 da Lei Federal 8.666/93.
- 16.2 O atraso injustificado no cumprimento dos prazos estipulados, sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará o contratado à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:
- a) atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia; e
- b) atraso superior a 30 (trinta) dias, até o limite de 90 (noventa) dias: multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

- 16.3 Pela não-regularização da documentação de comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, no prazo previsto no subitem 7.3 deste edital, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante multa equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado de contratação do objeto, cominada com a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 (LC nº 123/06, art. 43, § 2º).
- 16.4 A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da Contratante.
- 16.5 O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado (§ 6°, art. 109).
- 16.6 O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.
- 16.7 Pelo descumprimento do Contrato, a Contratada/Outorgada sujeitar-se-á às penalidades previstas nos arts. 86 e 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, adiante especificadas, que serão aplicadas pela Prefeitura do Município de Águas de Lindóia, e só serão dispensadas nas hipóteses de comprovação anexada aos autos pela Contratada/Outorgada da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento das condições ajustadas ou de manifestação da unidade requisitante informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.
- a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço;
- b) multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução, com ou sem prejuízo para o serviço;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia por prazo não superior a dois anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou de inexecuções de que resulte prejuízo para o serviço;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

17 - DA HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

17.1 - Após a divulgação do resultado de julgamento das propostas e decorrido o prazo recursal previsto em lei, a presente licitação será adjudicada ao vencedor do certame, após homologação pela autoridade competente.

18 - DAS INFORMAÇÕES

18.1 – O Setor de Licitações prestará todos os esclarecimentos que lhe sejam solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00, no Paço Municipal, ou pelo telefone (19) 3924-9331.



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

18.2 – Esclarecimentos de natureza técnica deverão ser requeridos por escrito, e assim serão respondidos, com cópia para todos os interessados, até 2 (dois) dias úteis antes da data indicada no subitem 1.1 deste ato convocatório.

19 - DA RESCISÃO

- 19.1 O presente contrato objeto desta licitação poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos arts. 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela Lei e no Edital.
- 19.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.
- 19.3 Além das causas descritas no art. 80, se na utilização do imóvel for encontrada alguma irregularidade quanto ao seu funcionamento ou falta de reformas necessárias, apontadas pela fiscalização municipal, como também, se qualquer ilícito penal for praticado pelo Outorgado com relação ao uso do imóvel, será ele notificado para sanar a irregularidade em 15 (quinze) dias, sob pena de ser revogada a outorga.

20 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1 Os interessados que desejarem cópia integral deste Edital e seus Anexos poderão solicitar (sem custo) através do site www.aguasdelindoia.sp.gov.br no link de licitação, até o último dia útil que antecede a data de abertura da Licitação.
- 20.2 Fica o licitante ciente que a simples apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do ajuste.
- 20.3 A Administração reserva-se o direito de exigir documentação comprobatória do cumprimento de todas as exigências legais provenientes da licitação, bem como a promoção de diligência destinada a esclarecer a instrução do processo (§ 3° do artigo 43 da Lei nº 8.666/93), vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- 20.4 A Prefeitura do Município de Águas de Lindóia poderá, a qualquer tempo, motivadamente, revogar no todo ou em parte a presente licitação.
- 20.5 Fica assegurado à autoridade superior da Prefeitura, no interesse da Administração, o direito de adiar a data da abertura dos envelopes, divulgando a nova data marcada.
- 20.6 O resultado desta licitação, bem como todo ato que seja necessário dar publicidade, deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado.
- 20.7 A Comissão Julgadora de Licitação deverá anular o certame quando constatado vício insanável.



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

- 20.8 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas. A Prefeitura não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.
- 20.9 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 20.10 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Julgadora de Licitação.
- 20.11 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura. Considerar-se-ão dias corridos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 20.12 O desatendimento às exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública da licitação.
- 20.13 Em caso de desfazimento deste processo licitatório, o mesmo será devidamente motivado, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 20.14 Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas de preços, sem convocação para contratação ou pedido de prorrogação da validade, os licitantes ficarão liberados dos compromissos assumidos neste certame.
- 20.15 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado por escrito, à Comissão Julgadora de Licitação, preferencialmente por mensagem eletrônica para <u>editais.aguas@hotmail.com</u> ou protocolizado na Prefeitura do Município de Águas de Lindóia, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00.
- 20.16 A homologação do resultado desta licitação gera mera expectativa de direito à contratação.
- 20.17 Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da legislação vigente que rege a matéria.
- 20.18 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido dentro do prazo legal, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até **03 (três) dias úteis**.



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

20.19 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

20.20 - A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

21 - DO FORO

21.1 - Fica eleito o **Foro da Comarca de Água de Lindóia** para dirimir quaisquer dúvidas e/ou litígio oriundo da execução das obrigações previstas neste edital, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Águas de Lindóia, 14 de Novembro de 2018.

José Nelson de Lima Franco
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

CONCORRÊNCIA PÚBLICA № 003/2018

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

I – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto a "OUTORGA DE CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE LANCHONETE DA RAIA DE BOCHA DA PRAÇA DA ANUNCIATA, POR PRAZO DETERMINADO.

2 – DA JUSTIFICATIVA

2.1 - A presente Concessão se justifica pela necessidade de, estimular a exploração comercial de forma direta e indireta, tendo como objetivo e finalidade tornar a área um atrativo para os munícipes.

3 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE CONCESSÃO

3.1 - O prazo de vigência do Contrato de CONCESSÃO será de **05 (cinco) anos**, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com o Lei Municipal nº 3.026/2017.

4 - PRAZOS PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

- 4.1 O espaço deverá entrar em plena atividade no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após a assinatura do contrato.
- 4.2 Dentro do prazo acima, a Contratada/Outorgada, sob sua inteira responsabilidade, deverá providenciar a adequação do local, a instalação dos equipamentos, móveis e utensílios necessários para o perfeito funcionamento das atividades fins do objeto deste contrato.
- 4.3 Caso sagre-se vencedora do certame pessoa física, no mesma prazo acima assinalado, deverá comprovar abertura de empresa ou cadastramento como Micro Empreendedor Individual MEI, para exploração das atividades no local, sob pena de rescisão do contrato firmado.

5 - DAS BENFEITORIAS

- 5.1 As benfeitorias vindas de quaisquer acréscimos ou melhorias realizadas, com autorização da Contratante/Outorgante, serão incorporadas ao imóvel, sem nenhum ônus para a Contratante/Outorgante, ao final do contrato.
- 5.2 Se o contrato for rescindido, as benfeitorias serão incorporadas ao patrimônio da Contratante/Outorgante sem nenhum direito de ressarcimento.

6 - DA MANUTENÇÃO E REPAROS

6.1 - Toda manutenção/reparo será de responsabilidade da Contratada/Outorgada, devendo ser mantidos os mesmos padrões de materiais e acabamentos, sendo que a manutenção abrange os seguintes itens:



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

- a. Água/esgoto;
- b. Energia (eletrodutos e conexões, lâmpadas, disjuntores, reatores, interruptores);
- c. GLP (válvulas, conexões, etc.).
- 6.2 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como de operação, se aplicável, serão prestados por profissionais devidamente qualificados às funções a desempenhar.
- 6.3 Todos os consertos, se e quando necessários, deverão se dar, obrigatoriamente, sem nenhum prejuízo da adequada prestação do serviço contratado.
- 6.4 A Contratada/Outorgada deverá manter as dependências, instalações, equipamentos e utensílios em perfeita ordem e funcionamento, efetuando, diariamente, a higienização e limpeza, bem como a conservação das dependências, tudo por sua inteira responsabilidade.

7 - VALORES DE REFERÊNCIAS

7.1 - O valor mensal mínimo estimado da Concessão é de:

ITEM 01 - LANCHONETE DA RAIA DE BOCHA DA PRAÇA DA ANUNCIATA — Valor mínimo de outorga de 02 Vr´s, ou seja, valor de R\$ 129,22 (Cento e Vinte e Nove Reais e Vinte e Dois Centavos).

O vencedor do certame será responsável pela limpeza, higienização dos sanitários/banheiros do imóvel público bem como o fornecimento dos produtos de limpeza e higiene pessoal que correrão por conta do vencedor do certame, fica a encargo do vencedor do certame ainda a manutenção/reparos do imóvel (exemplo: trocas de lâmpadas, etc).

O aluguel mensal poderá ser reduzido quando a área comercial for fechada, a pedido da Contratante/Outorgante, para atender seus interesses, para um valor a ser definido pela Contratante/Outorgante.

8 - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- DO FUNCIONAMENTO

- 1 Os dias e horários para funcionamento do espaço deverá estar em conformidade com o constante no Alvará de Funcionamento, a ser obtido pelo vencedor da presente concessão, junto ao Setor de Cadastro dessa Prefeitura.
- 1.1 Fica estabelecido o horário **facultativo** de funcionamento dos locais a serem licitados, de segunda-feira à quinta-feira das 9h:00min até as 18h:00min e de sexta-feira à domingo/feriados das 09h:00min as 19h:00min.



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

- 1.2 Fica ressalvado à licitante vencedora que para autorização de horários especiais de funcionamento, a mesma deverá requerer junto à municipalidade e de acordo com o código de postura em vigência, uma autorização especial, sendo que poderá ou não ser deferido o pedido.
- 1.3 O descumprimento a qualquer condição estabelecida nos itens acima, poderá incidir nas sanções previstas no instrumento editalício.
- 2 A Prefeitura/Outorgante poderá, prévia e justificadamente, determinar que o horário de funcionamento seja reduzido ou estendido, em datas definidas, de forma a atender às necessidades de serviço ou à realização de eventos específicos.

- DAS NORMAS PARA UTILIZAÇÃO DA LANCHONETE

- 1 No caso da lanchonete, a Contratada/Outorgada deverá comercializar lanches e refeições leves, facultado o comércio de outros produtos industrializados de alimentação, tais como doces, balas, chocolates, biscoitos, salgadinhos, chicletes, picolés, sorvetes etc.
- 2 A Contratada/Outorgada deverá atender às mais estritas regras de higiene emanadas pelas autoridades sanitárias durante o preparo, a manipulação, o acondicionamento, o transporte, a exposição e o descarte de alimentos.
- 3 Os lanches e refeições serão fornecidos de acordo com as provisões e diretrizes especificadas a seguir:
- Deverão ser oferecidos, diariamente, os itens constantes no Termo de Referência;
- Os lanches deverão ser preparados com ingredientes de qualidade superior e servidos ao freguês em pratos (descartáveis ou reutilizáveis, a critério da Contratada/Outorgada) ou acondicionados em sacos de papel apropriados;
- A venda deverá ocorrer no mesmo dia do preparo, com o devido descarte, ao fim do expediente, dos itens não comercializados;
- Sucos, vitaminas, refrescos, leite e café deverão ser fornecidos em copos descartáveis, com opção de açúcar ou adoçante em sachês individuais;
- 4 Ficará a critério da Contratada/Outorgada o fornecimento de outros tipos de lanche não contemplados no Anexo.
- 5 O funcionamento da área de Concessão será objeto de fiscalização por parte da Vigilância Sanitária, órgãos fiscalizadores do município e da Contratante/Outorgante.
- 6 Os funcionários da área de Concessão deverão apresentar comportamento adequado no desempenho de suas atribuições, bem como atender aos usuários com educação, polidez, discrição e rapidez.
- 7 A Contratada/Outorgada deverá seguir as orientações contidas na RDC n° 216, 15 de setembro de 2004 que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

- 8 A Contratante/Outorgante não se responsabilizará pela guarda de objetos, dos gêneros alimentícios ou qualquer outro tipo de produtos ou equipamentos, pertencente à Contratada/Outorgada, guardado no interior da lanchonete.
- 9 A limpeza total da lanchonete (cozinha, área de atendimento interna e externa e equipamentos) deverá ser diária, sob a responsabilidade da Contratada/Outorgada.
- 10 O material de limpeza é de responsabilidade da Contratada/Outorgada.
- 11 A Contratada/Outorgada deverá manter um programa periódico de dedetização e desratização, com frequência necessária para manter a higiene local, ou sempre que solicitado pela fiscalização da Prefeitura/Outorgante.
- 12 As empresas responsáveis pelo serviço de dedetização e desratização deverão apresentar alvará de funcionamento expedido pelo centro de Vigilância Sanitária e comprovar o registro em um dos Conselhos Regionais: CREA, CRB, CRMV, CRF, CRQ, etc.
- 13 As empresas deverão apresentar informações seguras sobre o uso de inseticidas utilizados, especialmente quando à toxicidade e ao tempo de ausência do local. Os responsáveis pela aplicação destes inseticidas deverão usar uniformes e outros equipamentos de acordo com a legislação em vigor.
- 14 A Contratada/Outorgada ficará responsável pela preparação do local a ser dedetizado e desratizado providenciando retirada de alimentos, utensílios etc.
- 15 A concessionária deverá suprir todas as necessidades de equipamentos, mobiliários e utensílios, por suas custas, todos se necessários ao bom funcionamento do quiosque, tais como: geladeira vertical, freezer vertical, liquidificador industrial, pista fria, pista quente, forno elétrico, microondas, fritadeira, chapa quente, vitrine fria, vitrine quente, mesas, cadeiras, exaustor, entre outros.

- DAS DESPESAS

1 - Ficarão a cargo da Contratada/Outorgada todas as despesas com taxas e impostos Federais, Estaduais e Municipais, relativamente a seus empregados e às atividades que desempenhará inclusive os encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários, não se estabelecendo, em nenhuma hipótese, quaisquer vínculos empregatícios entre a Contratante/Outorgante e o pessoal da Contratada/Outorgada.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/OUTORGADA

- 1 Cumprir fielmente os termos do Contrato de Concessão, de forma que os serviços sejam realizados como esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.
- 2 Cumprir a legislação sanitária em vigor, restando certo que a paralisação das atividades ou a interdição das instalações em decorrência de Auto de Infração poderá constituir motivo suficiente para a rescisão do Contrato de Concessão.



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

- 3 Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Prefeitura/Outorgante na execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.
- 4 Facilitar a fiscalização por parte dos órgãos competentes, cientificando a Prefeitura/Outorgante do resultado das inspeções.
- 5 Relatar à Prefeitura/Outorgante, de forma imediata, toda e qualquer irregularidade observada nos serviços e/ou nas instalações objeto da Concessão.
- 6 Zelar pela conservação das instalações, móveis, equipamentos e utensílios, reparando-os ou substituindo-os às próprias expensas quando danificados ou extraviados.
- 7 Manter quadro de pessoal suficiente para o atendimento aos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, faltas ao serviço, licenças ou demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a Prefeitura/Outorgante.
- 8 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários e responsabilizar-se por todas as despesas referentes a encargos e obrigações sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciários, bem como por quaisquer ônus relacionados à atividade.
- 9 Responsabilizar-se por toda e qualquer exigência legal para o exercício da atividade objeto do Contrato de Concessão, como também por quaisquer acidentes que venham a vitimar seus empregados quando em serviço, devendo fazer constar em sua proposta declaração de cumprimento deste item.
- 10 Responder por quaisquer danos que venham a ser causados por seus empregados ou prepostos a terceiros ou à própria Contratante/Outorgante, desde que seja comprovada a responsabilidade.
- 11 Fornecer aos empregados os uniformes e seus complementos, confeccionados com material de boa qualidade, mantendo-os sempre em perfeitas condições e substituindo-os imediatamente por outros novos quando apresentarem indícios de desgaste.
- 12 Assumir a responsabilidade por todos os encargos de possíveis demandas nas esferas trabalhista, civil ou penal relacionadas à execução do contrato, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência.
- 13 Manter em dia alvará, registros, cadernetas, licenças e outras formalidades exigidas pelas autoridades competentes, sem quaisquer ônus para a Contratante/Outorgante.
- 14 Complementar o mobiliário e os utensílios existentes, de forma a assegurar a adequada exploração comercial do espaço público objeto da concessão.



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

- 15 No caso da lanchonete, o(s) responsável(eis) pelas atividades de manipulação dos alimentos deve(m) ser comprovadamente submetido(s) a curso de capacitação, com periodicidade de 12 (doze) meses, no mínimo, dos seguintes temas:
- a) Contaminantes alimentares;
- b) Doenças transmitidas por alimentos;
- c) Manipulação higiênica dos alimentos;
- d) Boas práticas.
- 16 Responsabilizar-se pela segurança, pela prevenção de incêndios e pelo seguro das instalações e dos equipamentos que ali se encontram, assim como pela limpeza, dedetização, desratização e manutenção do espaço sob Concessão e suas adjacências, vedado o emprego de produtos químicos nocivos ao ser humano ou incompatíveis com as atividades desenvolvidas no local.
- 17 Efetuar o pagamento da retribuição mensal, por meio de recolhimento do valor correspondente através de Guia de Recolhimento Municipal, até o 5° (quinto) dia útil consecutivo, do mês subsequente ao vencimento.
- 18 Efetuar o pagamento das despesas pelo consumo de energia elétrica e de água e esgoto.
- 19 Indicar um preposto para representá-la na execução do Contrato.
- 20 Manter, durante a execução dos serviços e de forma compatível com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.
- 21 Manter os preços dos produtos em conformidade com os praticados no mercado.
- 22 É vedado à Contratada/Outorgada:
- 22.1 O reaproveitamento de alimentos de qualquer espécie;
- 22.2 Comercializar medicamentos, produtos de tabaco e seus derivados, loterias e jogos de azar, drogas de qualquer natureza ou quaisquer outros produtos estranhos ao ramo, sendo vedada ainda a utilização do espaço concedido para qualquer outra atividade, assim como a sua locação, sublocação ou transferência a terceiros;
- 22.3 Instalar ou permitir a instalação ou funcionamento de aparelhos cujo volume sonoro extrapole a área de Concessão, bem como a realização de jogos, festas e confraternizações ruidosas;
- 22.4 Contratar qualquer servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante/Outorgante durante a vigência do Contrato de Concessão.



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

- 23 Responsabilizar-se pela colocação de todo equipamento necessário ao bom e regular funcionamento das atividades dos espaços e demais meios indispensáveis e necessários às atividades fins, com aprovação prévia da Contratante/Outorgante.
- 24 Fornecer todos os equipamentos operacionais, utensílios e materiais diversos a serem utilizados na área de Concessão, bem como a limpeza e manutenção corretiva dos mesmos e de toda área física.
- 25 Identificar todos os equipamentos de sua propriedade.
- 26 Manter afixado em quadro e em local visível ao público o alvará de funcionamento.
- 27 Observar os dias e horários para funcionamento dos espaços em conformidade com o constante no Alvará de Funcionamento, a ser obtido pelo vencedor da presente concessão, junto ao Setor de Cadastro dessa Prefeitura.
- 28 Manter um extintor na área interna dos espaços para eventualidades.
- 29 DA REALIZAÇÃO DE MELHORIAS NOS LOCAIS:
- 29.1 A Prefeitura Municipal da Estância de Águas de Lindóia poderá a qualquer tempo executar obras de melhoria no local, visando à adequação dos mesmos às normas legais, bem como para a promoção do acesso do local e sua utilização por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

10 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE/OUTORGANTE

- 1 Entregar o espaço concedido limpo e desimpedido para início das atividades.
- 2 Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução das tarefas, permitindo o livre acesso dos empregados da Contratada/Outorgada ao local de execução dos serviços.
- 3 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato de Concessão, por meio de servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 4 Notificar, por escrito, a Contratada/Outorgada, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do Contrato, solicitando providências para regularização das mesmas.
- 5 Comunicar à Contratada/Outorgada, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança na sistemática de recolhimento da retribuição mensal, bem como qualquer ocorrência relacionada à execução do Contrato de Concessão.
- 6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada/Outorgada no âmbito do Contrato de Concessão.



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

- 11 ESPECIFICAÇÕES DOS LOCAIS Conforme o disposto no ANEXO XII PLANTA.
- 12 ITENS A SEREM COMERCIALIZADOS NA LANCHONETE Conforme o disposto no ANEXO X RELAÇÃO DOS ITENS.



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

CONCORRÊNCIA PÚBLICA №. 003/2018

ANEXO II - FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

| Razão Social e/o | u NOME DA PESSOA FÍSIC | A: |
|---|--|--|
| Endereço: | | |
| Cidade: | CEP: | Fone/Fax: |
| E-mail: | | CNPJ nº |
| BOCHA DA PE | RAÇA DA ANUNCIATA" | IEROSA DE USO DE "LANCHONETE DA RAIA DE ', POR PRAZO DETERMINADO, CONFORME I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL |
| | ITEM 01 | LANCHONETE DA RAIA DE BOCHA DA PRAÇA DA ANUNCIATA |
| 1 | /alor Mensal | Valor Total (Prazo de 5 anos) |
| R\$ | | R\$ |
| /alor Total (preen | chido por extenso): | |
| entrega de seu res 2 - Declaro, sob especificações exig 3 - Declaro que o ncorridos na data | pectivo envelope (art. 64, as penas da lei, que os gidas no edital. es preços acima indicados | oposta é de 60 (sessenta) dias , a contar da data d § 3º da Lei Federal nº 8.666/93). serviços e produtos ofertados atendem todas a s contemplam todos os custos diretos e indireto roposta incluindo, entre outros: tributos, encargo eguro, frete e lucro. |
| Nome do Repres | entante: | |
| Identidade nº: | | CPF nº: |
| Local e Data: | | |
| Accinatura | | |



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

CONCORRÊNCIA PÚBLICA №. 003/2018

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII do ART. 7º da CONSTITUIÇÃO FEDERAL

| (Nome da Empresa e/ou licitante) |
|---|
| fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. |
| Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () . |
| (data) |
| |
| (representante legal) |



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

CONCORRÊNCIA PÚBLICA № 003/2018

ANEXO IV – CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL E DA NÃO OCORRÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS À PARTICIPAÇÃO

| A empresa e/ou licitante inscrita no CNPJ/MF e/ou CPF sob nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade RG nº e do CPF nº, DECLARA que examinou |
|--|
| criteriosamente os documentos deste Edital e julgou-os suficientes para a elaboração da proposta financeira voltada ao atendimento do objeto licitado em todos os seus detalhamentos. DECLARA ainda que até a presente data, esta empresa não foi considerada nidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera, não subsistindo nenhum fator impeditivo à sua participação no presente certame licitatório. |
| Declaramos ainda que concordamos com todos os termos do presente edital em sua ntegralidade. |
| de de 2018. |
| (representante legal) |



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2018

ANEXO V – MODELO DE PROCURAÇÃO/CREDENCIAMENTO

| Pelo | presente, | а | empresa | | | | | , | situada | no(a) |
|--------------------------------|--|---------------------------|--------------------------------------|--------------------------------|-------------------|---|--------------------|-----------------------|-------------------------|-------------------------|
| | | , | CNPJ | nº | | | | | , p | or seu |
| | | | (diretor o | | | • | | _ | • | _ |
| | | , | RG nº | | • • • • • • • • • | • | | , ampl | os pode | eres para |
| represei | ntá-la junto à | Prefeit | ura Munici | pal de <i>l</i> | Águas | de Lind | óia, na | CONCO | RRÊNCIA | N PÚBLICA |
| Nº 003, enfim, p receber | /2018, inclusivo praticar todos o intimações mentos, bairro | e pod os atos no se | eres para que julgar guinte en | interpor necessá dereço: | ou o | desistir (citado | de recu process | irsos, re so, pode | eceber in Indo o cre | ntimações, edenciado |
| | , | , | ., | | 3 / | /- | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | (Local e | e Data |) | | | | |
| | | | | | | | | | | |

(Nome e assinatura do subscritor, devidamente identificado)



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

CONCORRÊNCIA PÚBLICA №. 003/2018

ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO

| TERMO ÁGUAS [| | | | | , , | JE FAZEI | M ENTR | E SI A I | PREFEITURA | MUNICIPA | L DE |
|--------------------|---------|----------|--------|-------|-----------|----------|--------|----------|------------|----------|------|
| A Prefeit | tura Mu | ınicipal | de Águ | ıas d | e Lindóia | a, com s | ede na | Rua | | , nº | , |
| inscrita | | • | | | | • | | | doravante | • | - |

inscrita no CNPJ sob o nº, doravante denominada CONTRATANTE/OUTORGANTE, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr., portador do RG nº, inscrito no CPF nº, e a empresa, com sede na Rua, nº, na cidade de, Estado de, inscrita no CNPJ sob o nº, doravante denominada CONTRATADA/OUTORGADA, representada neste ato por, portador do RG nº, inscrito no CPF nº, firmam o presente termo de contrato, concernente à licitação CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 003/2018.

Os contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições que regerão o contrato em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, doravante denominada Lei, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações.

CLÁUSULA PRIMEIRA (DO OBJETO) — O objeto deste contrato é a "OUTORGA DE CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE "LANCHONETE DA RAIA DE BOCHA DA PRAÇA DA ANUNCIATA", POR PRAZO DETERMINADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I — TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL", conforme especificações constantes no ANEXO I — TERMO DE REFERÊNCIA, do EDITAL Nº. 133/2018, referente à CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 003/2018 que integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

PARÁGRAFO ÚNICO - Este Contrato vincula-se ao Edital da CONCORRÊNCIA PÚBLICA №. 003/2018, seus anexos, a proposta comercial apresentada pela Contratada/Outorgada para o referido processo licitatório.

<u>CLÁUSULA SEGUNDA (DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO)</u> - Na hipótese de o serviço apresentar irregularidade não sanada, será reduzido a termo o fato e encaminhado à autoridade competente para procedimentos inerentes à aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O LOCAL deverá entrar em plena atividade no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após a assinatura do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO — Dentro do prazo acima, a Contratada/Outorgada, sob sua inteira responsabilidade, deverá providenciar a adequação do local, a instalação dos equipamentos, móveis e utensílios necessários para o perfeito funcionamento das atividades fins do objeto deste contrato.



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

PARÁGRAFO TERCEIRO - A execução do contrato será acompanhada, conforme o caso, nos termos do art. 67 e 73 da Lei Federal n.º 8.666/93.

<u>CLÁUSULA TERCEIRA (DO VALOR)</u> - O valor global deste contrato é de R\$... (...), conforme classificação final da Contratada/Outorgada constante na ata da sessão da Concorrência Pública, devidamente juntada nos autos do referido processo.

<u>CLÁUSULA QUARTA (DO PAGAMENTO)</u> - A Contratada/Outorgada fará os pagamentos à Contratante/Outorgante até o 5º (quinto) dia útil consecutivo, do mês subsequente ao vencimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A cobrança com as despesas com água e luz, não estão inclusas no valor do arrendamento, sendo pagas separadamente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As despesas com água e energia elétrica correrão por conta da Contratada/Outorgada, a qual deverá colocar um medidor de energia elétrica e um hidrômetro para cálculo do consumo mensal das mesmas. Caso não seja possível a colocação de um medidor de energia elétrica e/ou hidrômetro, a administração cobrará junto com o valor da Concessão através do consumo estimativo médio mensal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Contratada/Outorgada deverá comprovar o pagamento das contas de água e energia elétrica mensalmente aos fiscais designados pela a Administração e o valor da Concessão.

PARÁGRAFO QUARTO - Toda despesa individualizável que seja decorrente da execução dos fins deste contrato será de responsabilidade da Contratada/Outorgada.

PARÁGRAFO QUINTO - A importância será paga através da Guia de Recolhimento Municipal, que deverá ser retirada no Setor Financeiro da Prefeitura.

PARÁGRAFO SEXTO - O atraso no cumprimento desta obrigação acarretará para a Contratada/Outorgada multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor a ser pago, acrescido de juros de mora de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, a ser contabilizado no período correspondente ao atraso.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O não pagamento após 30 (trinta) dias contados do vencimento do prazo, sem motivo justificado e aceito pela Prefeitura, será aplicada às sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO OITAVO - Se o atraso no pagamento por parte da Contratada/Outorgada for superior a 90 (noventa) dias, a Contratante/Outorgante procederá à rescisão contratual.

PARÁGRAFO NONO - Os preços ofertados pela licitante de outorga para esta concessão serão válidos para 12 (doze) meses, sendo corrigidos (reajustados) após a periodicidade legal, pelo VALOR DE REFERÊNCIA do município através de decreto do poder executivo.



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

<u>CLÁUSULA QUINTA (DO PRAZO DE VIGÊNCIA)</u> - O prazo de vigência do Contrato de CONCESSÃO será de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com a Lei Municipal nº 3.026/2017.

<u>CLÁUSULA SEXTA (DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/OUTORGADA)</u> - São obrigações da Contratada/Outorgada:

- a) Executar os serviços de acordo com as exigências do Edital e seu Anexo I;
- b) Cumprir todas as exigências do edital e contrato;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- d) Comunicar à Prefeitura, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na prestação dos serviços objetivados na presente licitação;
- f) Indicar representante, que responderá perante a Administração por todos os atos e comunicações formais;
- g) Demais obrigações contidas no Anexo I do Edital.

<u>CLÁUSULA SÉTIMA (DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE/OUTORGANTE)</u> - São obrigações da Contratante/Outorgante:

- a) Comunicar à Contratada/Outorgada, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento;
- b) Aplicar à Contratada/Outorgada penalidades, quando for o caso;
- c) Prestar à Contratada/Outorgada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do objeto;
- d) Notificar, por escrito, à Contratada/Outorgada da aplicação de qualquer sanção;
- e) Garantir à Contratada/Outorgada o direito ao contraditório e ampla defesa nos casos em que forem exigidas trocas ou no caso de aplicação de sanção;
- f) Demais obrigações contidas no Anexo I do Edital.

<u>CLÁUSULA OITAVA (DAS PENALIDADES)</u> - O atraso injustificado no cumprimento dos prazos estipulados, sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará a Contratada/Outorgada à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:

- a) atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia; e
- b) atraso superior a 30 (trinta) dias, até o limite de 90 (noventa) dias: multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da Contratante/Outorgante.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado (§ 6°, art. 109).



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

PARÁGRAFO TERCEIRO - O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

PARÁGRAFO QUARTO – Pelo descumprimento do Contrato, a Contratada/Outorgada sujeitar-se-á às penalidades previstas nos arts. 86 e 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, adiante especificadas, que serão aplicadas pela Contratante/Outorgante, e só serão dispensadas nas hipóteses de comprovação anexada aos autos pela Contratada/Outorgada da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento das condições ajustadas ou de manifestação da unidade requisitante informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

- a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço;
- b) multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução, com ou sem prejuízo para o serviço;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia por prazo não superior a dois anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou de inexecuções de que resulte prejuízo para o serviço;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

<u>CLÁUSULA NONA (DA RESCISÃO)</u> - O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela Lei e no Edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA (DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA)</u> - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte, sem a devida autorização da Contratante/Outorgante.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (DAS RESPONSABILIDADES)</u> - A Contratada/Outorgada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante/Outorgante ou a terceiros na execução deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Contratante/Outorgante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente à Contratada/Outorgante.



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Contratante/Outorgante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada/Outorgada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da detentora da Contratada/Outorgada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Contratada/Outorgada manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidos na licitação.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (DOS TRIBUTOS E DESPESAS)</u> - Constituirá encargo exclusivo da Contratada/Outorgada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA (DOS CASOS OMISSOS)</u> - Este Contrato regula-se pela Lei nº 8.666/93, pelas suas Cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral de contratos e as disposições de direito privado.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA (DA ANÁLISE)</u> - A minuta do presente instrumento de CONTRATO foi devidamente examinada e aprovada pela Procuradoria Jurídica da Prefeitura de Águas de Lindóia, conforme determina a legislação em vigor.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA (DA PUBLICIDADE DO CONTRATO)</u> - Até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura do presente contrato, a Contratante/Outorgante providenciará sua publicação resumida na Imprensa Oficial, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, daquela data, como condição indispensável para sua eficácia.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA (DISPOSIÇÕES GERAIS)</u> - A Contratada/Outorgada assume integral responsabilidade pela prestação dos serviços decorrente do presente contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os direitos e responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas deste contrato e do regime de direito público a que está submetida, na forma da legislação de regência.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam vinculados a este contrato e passam a fazer parte integrante dele, o ato que originou a presente licitação (Edital) e a proposta da Contratada/Outorgada.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos casos omissos aplicar-se-á a legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93, atualizada pelas Leis nº 8.883/94 e 9.648/98.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA (DO FORO)</u> - Fica eleito o Foro da comarca de Águas de Lindóia/SP para dirimir quaisquer dúvidas oriundas das obrigações previstas neste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

| | ctuado, o presente termo foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor em ordem, vai assinado pelos contraentes. |
|----------------------|--|
| | Águas de Lindóia, de de 2018 |
| | Contratante/Outorgante Nome do Responsável Cargo |
| | Contratada/Outorgada Nome do Responsável Cargo |
| Testemunhas: | |
| Nome: RG: CPF: | Nome: RG: CPF: |



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 003/2018

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME OU EPP

| DECLARO , sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob nº é MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE , nos termos |
|---|
| do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2018, realizada pela Prefeitura Municipal de Águas de |
| Lindóia. |
| de de 2018. |
| (representante legal) |



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 003/2018

ANEXO VIII - TERMO DE VISTORIA

| Atestamos que o (a) Sr.(§ | !) | | , na | a qualidade de |
|---------------------------------|---------------|----------------------------------|--------------|------------------|
| profissional indicado pela | empresa | | | , CNPJ |
| | | , telefone () | , | compareceu no |
| LOCAL: | | acompanhado do | representa | nte deste órgão, |
| efetuou a visita às instalações | onde será p | restado o serviço, conform | ne especific | ado em Edital. |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | <i>(</i> | | |
| | | Águas de Lindóia, | de | de 2018. |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| Δssin | atura do serv | ridor responsável pela visto | oria | |
| 7.33111 | atara ao ser | idoi responsavei peia vist | Oriu | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | Assinatura d | e quem realizou a visita | | |

OBSERVAÇÃO: ATESTADO DE VISITA TÉCNICA FACULTATIVA fornecida pelo Departamento de Engenharia da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE LINDÓIA, conforme modelo "TERMO DE VISTORIA" demonstrado no Anexo VIII deste Edital, devidamente assinado por quem de direito da empresa licitante e pelo responsável do setor competente da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE LINDÓIA, devendo a vistoria ser previamente agendada até o último dia útil anterior à data fixada para abertura da licitação, não sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições necessárias à execução dos serviços.

- 1) Não haverá vistoria sem prévio agendamento;
- 2) O agendamento deverá ser marcado via telefone (19) 3924 9312, de segunda à sexta, das 08h00 às 17h00 (com o servidor Camilo);

OBSERVAÇÃO: A não apresentação do TERMO DE VISTORIA NÃO implica na inabilitação do licitante, haja vista que a mesma não é obrigatória.



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 003/2018

ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO

| A empresa e/ou licitante |
|--|
| ao previsto no instrumento convocatório, da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 003/2018 que, tomou conhecimento e tivermos a oportunidade de todas as informações complementares que julgamos relevantes para a execução dos serviços objeto desta licitação e que somos detentores de todas as informações necessárias à elaboração de nossa Proposta Comercial de Preços. |
| Declaro que me foi dado a oportunidade e acesso às instalações do prédio qualificado acima, bem como foram esclarecidas todas as questões por mim suscitadas, e também que tenho pleno conhecimento de todas as dificuldades relacionadas à execução dos serviços do objeto da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2018. |
| DECLARA , ainda, que não alegaremos posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração do valor do contrato que viermos a celebrar, caso a nossa empresa seja a vencedora do certame. |
| , de de 2018. |
| Assinatura do Representante Legal |
| Assinatura do Representante Legal Identificação: Nome e RG do Representante Legal |



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

CONCORRÊNCIA PÚBLICA №. 003/2018

ANEXO X - RELAÇÃO DOS ITENS PARA SEREM COMERCIALIZADOS NA LANCHONETE

1) SALGADOS/LANCHES

- Americano;
- Cheeseburger;
- Cheese salada;
- Cheese frango;
- Cheese completo;
- Bauru (queijo e presunto);
- Misto quente e frio;
- Torrada;
- Cachorro Quente (simples e completo);
- Sanduíche simples;
- Pão com manteiga;
- Pizzas mini e em fatias;
- Sanduiche Natural pão integral;
- Salgados: quibe, empadinha, salgados assados (brócolis, palmito, espinafre e ricota), coxinha, risolis, empanada, esfiha, pastel (queijo, palmito, carne, frango), croissant, calzone, croquete;
- Pão de queijo;
- Omelete;
- Crepe suíço;
- Torta salgada em fatia (palmito, queijo, verduras, atum);
- Empadão em fatias;
- (opções de pão de hamburger, integral, francês e de forma);

2) DOCES

- Bolo em fatias (com recheio e cobertura e simples);
- Torta em fatias (recheios diversos);
- Salada de Frutas;
- Cereais (granola, sucrilhos, em barra);
- Sorvetes;
- logurtes (com polpa de frutas, com pedaços de frutas, naturais, diet ou light);
- Mousses (maracujá, uva, manga, coco e chocolate);
- Pavê;
- Balas;
- Chocolates;
- Goma de mascar;

3) BEBIDAS

- Refrigerante copo de 300 ml;



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89 Inscrip

Inscrição Estadual – Isento

- Refrigerante garrafa de 600 ml;
- Água Mineral sem gás copo de 200 ml;
- Água Mineral garrafa sem gás 500 ml;
- Água Mineral garrafa com gás 500 ml;
- Suco de Frutas (laranja, mamão, abacaxi, melão...) naturais ou congelados;
- Sucos de frutas em lata ou vidro;
- Chá (mate, preto e de ervas);
- Cafezinho;
- Café Expresso;
- Café com Leite;
- Copo de Leite (quente ou frio) 300 ml;
- Copo de Leite Achocolatado (quente ou frio) 300 ml;
- Vitaminas (banana, mamão, maçã, morango, etc..);
- logurte de beber com polpa de frutas;
- Cerveja;

(OBS: todas as bebidas poderão ser ofertadas também em versão light ou diet)

4) ITENS NÃO AUTORIZADOS À COMERCIALIZAÇÃO

- Artigos de tabacaria;
- Bilhetes lotéricos;
- Fichas para máquinas Caça níqueis;
- Bebidas destiladas e/ou alcoólicas com exceção de cerveja, prevista no item 3;



CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

CONCORRÊNCIA PÚBLICA №. 003/2018

ANEXO XI - RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS

- Estufa para salgados;
- Geladeira para iogurtes e demais bebidas lácteas;
- Freezer para produtos congelados;
- Micro-ondas;
- Chapa para preparação de lanches quentes;
- Mesas;
- Cadeiras;



CONCORRÊNCIA PÚBLICA №. 003/2018

ANEXO XII – PLANTA DO IMÓVEL -

